

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFCG  
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS - CCJS  
CURSO DE BACHAREL EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**CELISMAR OLIVEIRA DE SOUZA**

**EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO NA  
EMPRESA BUNGE**

**SOUSA - PB  
2016**

**CELISMAR OLIVEIRA DE SOUZA**

**EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO NA  
EMPRESA BUNGE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Coordenação do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Msc. Cristiane Queiroz Reis

CELISMAR, Oliveira de Souza.

**Evidenciação Voluntária Ambiental: Um Estudo de Caso na Empresa Bunge –**

Sousa/PB: CCJS/UFCG, 2016, 54 páginas.

Monografia para graduação em Ciências Contábeis.

Termos:

CD:

## **DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE**

Por este termo, eu, abaixo assinado, assumo a responsabilidade de autoria do conteúdo do referido Trabalho de Conclusão de Curso, Intitulado: “**EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO NA EMPRESA BUNGE**”, estando ciente das sanções legais previstas referentes ao plágio. Portanto, ficam a Instituição, o Orientador, e os demais Membros da Banca Examinadora isentos de qualquer ação negligente da minha parte, pela veracidade e originalidade desta obra.

Sousa - PB, 18 de Maio de 2016.

**CELISMAR OLIVEIRA DE SOUZA**

**CELISMAR OLIVEIRA DE SOUZA**

**EVIDENCIAÇÃO VOLUNTÁRIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE CASO NA  
EMPRESA BUNGE**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada na forma final pela Banca Examinadora designada pela Coordenação do Curso de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – PB, Campus Sousa.

Monografia aprovada em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Msc. Cristiane Queiroz Reis – Orientadora.  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

---

Prof.- Membro  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

---

Prof.- Membro  
Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

SOUZA – PB \_\_/\_\_/2016.

*Dedico aos meus pais, esse exemplo de casal, Antônio e Maria das dores (Dôra) por me incentivarem nos meus estudos e sempre me apoiaram nas minhas conquistas, eles me ensinaram que nunca devo desistir de meus sonhos e sempre buscar novas conquistas.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por sempre estar do meu lado na fartura e na necessidade, a ele toda honra e glória.

A minha esposa Lorena que sempre me deu força e me apoio nessa caminhada com muita paciência e compreensão.

A minha orientadora, professora Msc Cristiane Queiroz Reis, que se prontificou a me ajudar sem medir esforços e sem ela não seria possível a realização desse trabalho, obrigado.

Ao meu amigo de trabalho SGT F. Oliveira, que assumia o meu serviço muitas vezes para que eu pudesse assistir aula, obrigado.

## RESUMO

Hoje, muitas corporações estão preocupadas com as questões ambientais e sociais e o mesmo acontece no ambiente dos governos e da sociedade civil, sendo parte integrante da vida das pessoas. Segundo pesquisas emitidas pelo próprio Instituto Ethos, já há algum tempo, ocorre divulgação de muitas informações sobre a participação das empresas em atividades sociais e como as mesmas se preocupam com a valorização do meio ambiente, do homem e da cultura. Para as empresas envolvidas, significa ganhar a preferência dos consumidores, contar com os melhores parceiros e ter suas ações valorizadas no mercado representando ganhos em termos de negócios. O presente estudo objetiva Identificar a evidenciação de informações ambientais nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa Bunge entre os anos de 2013 a 2015. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, descritiva, bibliográfica e documental, bem como um estudo de caso, utilizando-se de uma análise de conteúdo, verificação e a interpretação da evidenciação dos itens ambientais nos Relatórios de Sustentabilidade no período de 2013 a 2015. Investigando as variáveis ambientais da empresa escolhida, observou-se que a empresa destaca bem suas práticas ambientais, evidenciando-as e realizando comparativos. Porém com relação a parte de impactos causados, passivos, multas, dentre outros pontos nessa área a empresa apenas cita mas não mensura nem disponibiliza detalhes mais a fundo.

**Palavras-chave:** Responsabilidade socioambiental, evidenciação, meio ambiente.

## **ABSTRACT**

Today, many corporations are concerned with environmental and social issues and so does the governments and civil society, an integral part of people's lives. According to research issued by the Ethos Institute, for some time, there is disclosed a lot of information on the involvement of companies in social activities and how they care about the appreciation of the environment, of man and culture. For the companies involved, it means winning consumer preference, have the best partners and have their valued stocks in the market representing gains in business. This study aims to identify the disclosure of environmental information in company Bunge Sustainability Reports in the years 2013-2015. This was a qualitative, descriptive, bibliographical and documentary as well as a case study, using is a content analysis, verification and interpretation of disclosure of environmental items in Sustainability Reports from 2013 to 2015. Investigating the environmental variables of the selected company, it was noted that the company stands well their environmental practices, showing them and making comparisons. But with respect to part of the impacts, liabilities, fines, among other points in this area the company only mentions but does not measure or provide details further.

**Word-key:** Environmental Responsibility, Disclosure, Environment.

## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Grau de clareza dos documentos estudados no período de 2013 a 2015.....	48
--	----

**LISTAS DE TABELAS**

Tabela 1 - Total de Retirada de Água por Fonte (M <sup>3</sup> ) GRI G4-En8.....	40
Tabela 2 – Consumo de Energia Indireta na empresa Bunge (GRI G4-EN6).....	42
Tabela 3 -Energia Elétrica Provinda da Queima do Bagaço da Cana.....	43
Tabela 4 - Destinação de Resíduos Sólidos por Tipo G4-EN23.....	45
Tabela 5 - Investimentos Ambientais (EM R\$) GRI G4-EN31 .....	46
Tabela 6 – Monitoramento de Conformidade da Cadeira de Fornecimento Agrícola.....	47

**LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 – Instrumento de análise de dados para verificar a evidenciação ambiental.....	23
Quadro 2 - Variáveis Ambientais Investigadas na empresa Bunge.....	48

**LISTA DE FIGURAS**

Figura 1: Modelo de sustentabilidade empresarial.....	34
Figura 2: Total de água reciclada/reutilizada (m <sup>3</sup> ) GRI G4-EN10 .....	41

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>18</b>
1.1 Objetivos .....	19
1.1.1 <i>Objetivo Geral</i> .....	19
1.1.2 <i>Objetivos Específicos</i> .....	19
1.2 Justificativa.....	19
1.3 Procedimentos Metodológicos.....	20
1.3.1 <i>Classificação da pesquisa</i> .....	20
1.3.2 <i>Universo e Amostra da pesquisa</i> .....	21
1.3.3 <i>Coleta, tratamento e análise dos dados</i> .....	22
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>26</b>
2.1 Contabilidade Ambiental.....	26
2.2 Itens ambientais .....	27
2.2.1 <i>Ativo Ambiental</i> .....	27
2.2.2 <i>Passivo Ambiental</i> .....	28
2.2.3 <i>Custo Ambiental</i> .....	29
2.2.4 <i>Receita Ambiental</i> .....	30
2.2.5 <i>Despesa Ambiental</i> .....	31
2.3 Gestão Ambiental.....	31
2.4 Sustentabilidade Empresarial .....	32
2.5 Evidenciação Ambiental .....	34
2.5.1 <i>Formas de Evidenciação Ambiental</i> .....	36
<b>3 ANÁLISES DOS RESULTADOS .....</b>	<b>39</b>
3.1 Práticas de gestão ambiental na empresa.....	39
3.1.1 <i>Água</i> .....	39
3.1.2 <i>Energias Renováveis</i> .....	41
3.1.3 <i>Resíduos</i> .....	44
3.1.4 <i>Investimentos Ambientais</i> .....	46
3.1.5 <i>Promoção da Agricultura Sustentável</i> .....	46
3.2 Grau de clareza da Evidenciação Ambiental .....	47
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>50</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>52</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As empresas estão enfrentando um grande desafio, buscando suprir as necessidades da população em conciliação com o meio ambiente. Essa tentativa de minimizar seus impactos negativos faz com que as empresas busquem por ações mais sustentáveis e cada vez mais modernizá-las a fim de obter o máximo possível, resultados favoráveis ao meio ambiente, sem deixar de lado sua visão econômica.

Pimenta (2010) diz que a inclusão do conceito de desenvolvimento sustentável no mundo corporativo foi definida pelo *World Business Council for Sustainable Development*, trazendo como equilíbrio as três dimensões da sustentabilidade corporativa, que são: a econômica; a ambiental e a social, as quais influenciam todas as organizações constituintes de uma cadeia produtiva. O autor também defende que o desenvolvimento sustentável necessita que o setor empresarial adote uma política de proteção sócio-ambiental em conformidade com o desenvolvimento econômico, para que assim as empresas sejam capazes de realizar mudanças fundamentais e novos objetivos, com finalidade de aumentar a qualidade enquanto diminuem os custos.

O movimento de valorização da responsabilidade social empresarial no Brasil ganhou forte impulso na década de 90, através da ação de entidades não governamentais, institutos de pesquisa e empresas sensibilizadas para a questão nos principais centros da economia mundial. A obtenção de certificados de padrão de qualidade e de adequação ambiental, como as normas ISO (International Organization for Standardization), por centenas de empresas brasileiras, também é outro símbolo dos avanços que têm sido obtidos em alguns aspectos importantes da responsabilidade social empresarial.

O Instituto Ethos (2009), diz que, responsabilidade social empresarial é a forma de gestão que se define pela relação ética e transparente da empresa com todos os públicos com os quais ela se relaciona e pelo estabelecimento de metas empresariais que impulsionem o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais e culturais para as gerações futuras, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

Neste contexto a presente pesquisa teve como propósito responder o seguinte questionamento: **De que maneira estão evidenciados as informações ambientais da empresa Bunge entre os anos de 2013 a 2015 em seus Relatórios de Sustentabilidade”?**

## 1.1 Objetivos

### 1.1.1 Objetivo Geral

Evidenciar as informações ambientais nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa Bunge entre os anos de 2013 a 2015.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- ✓ Realizar uma análise das variáveis ambientais nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa com base no Questionário ISE 2015;
- ✓ Identificar as informações ambientais divulgadas pela empresa;
- ✓ Identificar as práticas ambientais da empresa;
- ✓ Verificar o grau de clareza da evidenciação das informações ambientais divulgadas pela empresa nos períodos analisados;

## 1.2 Justificativa

Neori Pavan (2014) trata sobre as catástrofes naturais que são cada vez mais frequentes e devastadoras. Várias nações do planeta começaram a perceber e dar a importância necessária para as consequências da industrialização acelerada vivida no último século, trazendo modificações à natureza por meio das ações humanas do mau uso da natureza, contribuindo para o aquecimento global e trazendo inúmeros problemas de saúde à população. A saúde dos seres vivos está interligada ao meio ambiente, portanto as consequências desse mau uso pode afetar e castigar a todos.

Pimenta (2010) aponta que a sustentabilidade empresarial tem como o compromisso o desenvolvimento sustentável, devendo incluir entre seus objetivos, o cuidado com o meio ambiente, o bem-estar das partes interessadas e a constante melhoria da sua própria reputação.

A contabilidade, então, torna-se uma ferramenta muito importante para auxiliar nas tomadas de decisões a fim de garantir a sustentabilidade, uma vez que controla o patrimônio da empresa e fornece dados concretos para garantir a confiabilidade da gestão. É notório o aumento do número de empresas que passam a optar pela divulgação dessas informações nos últimos anos, assim como o número de usuários interessados, deixando clara a importância de uma evidenciação confiável.

De acordo com Ribeiro (2010), a contabilidade ambiental pode dar sua contribuição de diversas maneiras e uma delas é evidenciando as informações de forma segregada, a fim de manter o usuário informado sobre a interação da empresa com o meio ambiente, sendo assim, a contabilidade ambiental busca identificar os impactos que as atividades da empresa possam vir gerar e fornecendo as informações relevantes aos usuários para as tomadas de decisões.

Domingos (2010) diz que para comunicar o desempenho das empresas nas esferas ambiental, social e econômica, é utilizado o relatório de sustentabilidade, que é um instrumento de evidência do desempenho empresarial para a sustentabilidade, permitindo que a organização publique informações que ultrapassem a esfera financeira.

De acordo com a Revista Exame a empresa Bunge foi eleita a empresa mais sustentável de 2015 pela edição do Guia EXAME de Sustentabilidade. Considerada por ser a maior exportadora do agronegócio do país, com receita de 40 bilhões de reais em 2014, a Bunge está em meio a um esforço crescente para reduzir o desmatamento na expansão da fronteira agrícola, passando a frente até mesmo de outras empresas gigantes do mesmo setor. Importante salientar que em 2015 a empresa também assumiu o compromisso de eliminar o desmatamento de sua cadeia de fornecedores em todo o mundo.

Tratando desse assunto, esta pesquisa torna-se relevante levando em consideração a preocupação com as práticas ambientais realizadas pelas empresas, buscando assim diminuir ou extinguir os impactos gerados ao meio ambiente. Para verificar essas informações relacionadas ao meio ambiente, fez-se necessário estudar os itens relacionados às informações ambientais contidos nos Relatórios de Sustentabilidade nos anos escolhidos como amostra de 2013 a 2015 da referida empresa, identificando as principais práticas ambientais.

### **1.3 Procedimentos Metodológicos**

#### *1.3.1 Classificação da pesquisa*

De acordo com os resultados alcançados a pesquisa caracteriza-se como descritiva. Para Gil (2008, p.28), a pesquisa descritiva tem como principal objetivo descrever características de determinada população, fenômeno ou estabelecimento de relações entre as variáveis, utilizando principalmente técnicas padronizadas e de coleta de dados.

Em relação aos procedimentos da pesquisa, para fundamentar e embasar o referencial teórico foi utilizado o procedimento de pesquisa bibliográfica e documental. Já que se

utilizou de fontes de pesquisa como livros, revistas, textos técnicos e a consulta dos relatórios de responsabilidade social disponibilizados em sítios na internet. Para Gil (2008 p.50), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida mediante material já elaborado, principalmente livros e artigos científicos.

O presente trabalho também é um estudo de caso, onde para se compreender melhor o tema abordado, foi escolhida uma amostra para um estudo mais aprofundado. Segundo Yin(2010) , o estudo de caso caracteriza uma investigação empírica, é um método abrangente e com lógica do planejamento, da coleta e da análise de dados, podendo incluir estudos de caso único, bem como múltiplos, assim como abordagens quantitativas e qualitativas de pesquisa.

Apresenta-se também como uma pesquisa qualitativa por ser uma análise abrangente de um conteúdo onde não exige dados numéricos, investigando documentos fornecidos pela empresa buscando informações de caráter ambiental, no intuito de identificar os itens ambientais. Dias (2014) diz que a pesquisa qualitativa se caracteriza, principalmente, pela ausência de medidas numéricas e análises estatísticas, analisando de maneira mais profunda e subjetiva.

Raupp e Beuren (2006) diz que esse tipo de pesquisa qualitativa é bem comum para a Contabilidade, apesar de lidar com números é uma ciência social, justificando o seu uso. Esse tipo de pesquisa destaca características não apresentadas em um estudo quantitativo, onde ocorre uma análise mais profunda em relação ao fenômeno estudado.

Logo a pesquisa foi classificada como descritiva, bibliográfica e documental, estudo de caso e qualitativa.

### *1.3.2 Universo e Amostra da pesquisa*

O universo da amostra compreende as empresas de agronegócios que atuam no Brasil, tendo em vista a escolha da Bunge para um estudo de caso, tornando-a a amostra deste universo e proporcionando uma análise mais detalhada da empresa premiada pelo Guia Exame no ano de 2015 como a mais sustentável.

Partindo de informações adquiridas no site oficial da empresa, a Bunge é uma das principais empresas de agronegócio e alimentos do mundo e do Brasil, atuando do campo à mesa do consumidor, comercializando e processando grãos como (soja, trigo e milho), produzindo alimentos (óleos, margarinas, maioneses, azeites, arroz, atomatados, farinhas e pré-misturas para bolos). No Brasil, a Bunge é uma das principais empresas de agronegócio

e alimentos, tendo cerca de 17.000 colaboradores, é líder em originação de grãos e processamento de soja e trigo, na fabricação de produtos alimentícios e em serviços portuários. Desde 2006, atua também no segmento de açúcar e bioenergia.

A Bunge atualmente opera em três áreas de negócio: Agronegócio & Logística, Alimentos & Ingredientes e Açúcar & Bioenergia. A empresa possui marcas bastante conhecidas e já implementadas tanto na economia brasileira como em aspectos sociais, como: Delícia, Primor, Salada, Soya, All Day, Cardeal, Etti, Salsaretti, dentre outras.

A Bunge traz em seu relatório de sustentabilidade seu compromisso em garantir o crescimento sustentável da empresa, objetivando o equilíbrio entre os aspectos econômico, ambiental e de responsabilidade social. No âmbito social acredita na participação comunitária, promover a cidadania, valorizar a educação e do conhecimento molda políticas em benefício para toda a sociedade. Com relação ao ambiental, os cuidados com os recursos naturais e respeito ao meio ambiente são praticas e ações de sensibilização e educação gerando benefícios e compromisso com a preservação. Já com o desempenho econômico, a empresa gera empregos, divisas e riqueza para o país a partir da parceria com o produtor rural e com todos os agentes da cadeia produtiva do agronegócio.

### *1.3.3 Coleta, tratamento e análise dos dados*

A metodologia utilizada para coleta, tratamento e análise dos dados foi a mesma utilizada por Batista et al. (2016). A coleta dos dados se deu através do *website* oficial da empresa, cuja publicação das informações ambientais é de caráter voluntário. E o seu tratamento foi através da utilização de quadros. E os seus dados analisados através da técnica de análise de conteúdo, Indicadores do Questionário ISE (Dimensão A de 2015) e os instrumentos de análise de dados para verificar a clareza da evidenciação ambiental.

Para o alcance do objetivo geral deste estudo, por meio da técnica de análise de conteúdo, proposta por Bardin (1995), após a escolha dos instrumentos de coleta de dados, procurou-se identificar as práticas ambientais das empresas, no intuito de investigar a clareza da evidenciação ambiental nos instrumentos de coleta, conforme a interpretação do fato evidenciado, em uma escala de 0 a 4, de acordo com o Quadro 1.

**Quadro 1** –Instrumento de análise de dados para verificar a evidenciação ambiental

CONCEITOS SIGLA	SIGLA	NOTA
A evidenciação é <b>plenamente clara</b> .	<b>PC</b>	<b>4</b>
A evidenciação do fato <b>está clara</b> , bem apresentada.	<b>CL</b>	<b>3</b>
A evidenciação <b>não está plenamente clara</b> , é de forma simples	<b>NPC</b>	<b>2</b>
A evidenciação <b>não está clara</b> , é de forma incompleta.	<b>NCL</b>	<b>1</b>
<b>Não</b> foi conseguido <b>detectar a evidenciação, indecisão</b> .	<b>ND</b>	<b>0</b>

Fonte: Adaptado de Freitas & Strassburg (2007) apud Melo et al. (2012)

Mediante análise do Quadro 1, verificou-se cada instrumento de coleta de dados, no período proposto, fazendo a interpretação (análise dos dados) conforme preconiza Melo et. al (2012):

- Foi considerada a **evidenciação plenamente clara (nota 4)**, quando as informações ambientais nos documentos oficiais estão **bem apresentadas**, evidenciando detalhadamente tanto qualitativa (descrição) como quantitativa (valores em moeda corrente referente a gastos, investimentos, despesas, multas e recebimentos de ordem ambiental), ou seja, há descrição clara dos itens ambientais, bem como a mensuração.
- No caso da **evidenciação clara**, quando há uma descrição de forma simples e resumida dos principais fatos ambientais (descrição sucinta das práticas ambientais e faz alguma menção de valores monetários).
- Considerou-se que a evidenciação **não está plenamente clara**, quando na descrição não informa precisamente os detalhes de quanto foi investido e gasto em moeda corrente nas práticas ambientais, tratando-se de informações sobre investimentos, gastos, inclusive da quantidade de processos e multas, ou seja, só há alguns comentários sobre a questão ambiental, sem precisão dos fatos.
- Já a evidenciação de **forma não clara** é quando a informação está totalmente incompleta, ou seja, somente há menção do fato, sem nenhum detalhe preciso de forma qualitativa e quantitativa. Neste caso, se comenta que a empresa faz investimentos, tem práticas ambientais, mas não informam quais, nem valores investidos.
- Quando não for identificada a evidenciação ambiental ou práticas ambientais nos documentos oficiais, atribui-se a nota zero, ou seja, **não há evidenciação dos itens ambientais**.

Continuou-se o processo de análise de conteúdo (partindo-se do geral para o específico), nos Relatórios de Sustentabilidade da empresa Bunge, no intuito de identificar os itens ambientais da empresa. Primeiro, se fez necessário, selecionar as variáveis de investigação,

que por meio de “palavras-chave”, verificou-se a sua presença ou ausência nos documentos. (BATISTA et al, 2016)

Dessa forma, buscou-se através dos dados analisados nestes relatórios, a obtenção das evidenciações dos fatos relacionados ao meio ambiente, que auxiliem para a resolução do problema inicial de estudo, extraídos mediante a realização de uma pesquisa documental. A seleção de variáveis de investigação tem como base o estudo do Questionário ISE 2015 (Dimensão AMBIENTAL-Grupo A), que correspondem às empresas do Aspecto Ambiental de Referência, ou seja, aquelas que utilizam recursos naturais renováveis.

As variáveis verificadas na pesquisa são as mesmas utilizadas por Batista et. Al. 2016, que são as seguintes:

- ✓ Variável 1: Política e seguro ambiental
- ✓ Variável 2: Licenciamento Ambiental- Licenças e autorizações ambientais
- ✓ Variável 3: Reserva Legal e Áreas de Prevenção Permanente (APP)
- ✓ Variável 4: Avaliação periódica de seus aspectos e impactos ambientais
- ✓ Variável 5: Programas ou projetos de uso sustentável dos recursos naturais
- ✓ Variável 6: Processos e Atividades da Companhia (PPA), gerados de impactos ambientais significativos.
- ✓ Variável 7: Uso ou consumo sustentável de produtos e serviços.
- ✓ Variável 8: Programas voltados a redução de perdas ou programas de desenvolvimento e inovação tecnológica na substituição de recursos naturais não renováveis e eficiência energética.
- ✓ Variável 9: Sistemas de Gestão Ambiental certificados por Organismo Certificador Acreditado - OCA (certificações ISO 14001-SGA e OHSAS 18001 - SGSST ou Certificações de Terceira Parte Equivalentes).
- ✓ Variável 10: Consumo de energia, materiais, uso de água, efluentes líquidos e resíduos sólidos.
- ✓ Variável 11: Processos administrativos ou judiciais, sanções e acordos em relação ao meio ambiente.
- ✓ Variável 12: Biodiversidade: sua conservação, uso racional, prática de avaliação de potenciais impactos (positivos ou negativos).
- ✓ Variável 13: Referência sobre desempenho ambiental (conformidade legal, melhoria contínua em risco ambiental, redução de custos, geração de receitas, abordagens preventivas e uso ou consumo sustentável de recursos naturais no longo prazo).
- ✓ Variável 14: Passivos Ambientais (provisão de recursos).

Com a análise do quadro 1, associado as variáveis de estudo, se analisou os Relatórios de Sustentabilidade da empresa Bunge no período de 2013 a 2015. De forma a atender os objetivos da pesquisa.

Com base nas variáveis (palavras-chave nos documentos que apresentam evidenciação) procedeu-se uma análise, por meio de quadros, foram apresentados os resultados da empresa, de acordo com os documentos analisados. Posteriormente, para fundamentar análise desses quadros, verificaram-se as principais práticas operacionais e ambientais para fornecer subsídios necessários para identificar os itens ambientais da empresa brasileira Bunge dos anos de 2013 a 2015.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Contabilidade Ambiental**

Diante vários estudos já realizados envolvendo a área ambiental é perceptível que existe uma limitação nos recursos naturais e que o uso desordenado pode comprometer o equilíbrio ecológico. Zanluca (2016) trata sobre isso e dispõe que a contabilidade como ciência apresenta condições para contribuir na proteção ambiental, pois possui uma forma sistemática de registro e controle, com dados econômicos e financeiros.

O mesmo autor, então, define a Contabilidade Ambiental como sendo o registro do patrimônio ambiental (bens, direitos e obrigações ambientais) de uma determinada entidade, e suas respectivas mutações, que possam ser expressos monetariamente, objetivando disponibilizar informações aos usuários internos e externos acerca de eventos ambientais que modifiquem a situação patrimonial.

Ferreira (2006) trata a contabilidade ambiental como um ramo da contabilidade tradicional que iniciou no Brasil a partir da ECO/92 (Conferência do Rio de Janeiro realizada em 1.992 denominada também de Rio/92), onde também vinham ocorrendo grandes problemas ambientais causados pelas empresas, incentivando os contadores, organismos profissionais, órgãos do governo dentre outros a pesquisar de forma sistemática e encontrando meios para que a contabilidade pudesse oferecer aos gestores uma informação tempestiva e eficiente sobre o meio ambiente.

Bernardo e Machado (2010) aborda que a contabilidade deve envolver todos os elementos que correspondem ao meio ambiente, tendo em vista que a organização está inserida no meio, independente que seus atos sejam positivos ou negativos, que origem perdas ou ganhos, pois estes irão influenciar no desenvolvimento do patrimônio da entidade.

Ribeiro (2010) diz que o objetivo da contabilidade ambiental é identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômicas de uma empresa relacionando os impactos que ela possa trazer para o meio ambiente, visando a preservação e recuperação do meio em que está inserida.

Para Costa (2012) a contabilidade aplicada ao estudo do desenvolvimento sustentável possui uma dimensão macroeconômica, onde o que se procura mensurar é o reflexo da exploração dos recursos naturais, sendo assim os impactos causados devendo ser mensurados pelo sistema de contas nacionais.

Ferreira (2006) aborda que o processo de gestão ambiental considera todas as variáveis de um processo de gestão, tais como estabelecimento de políticas, planejamento, alocação de recursos, determinação de responsabilidades, plano de ação, decisão, controle, coordenação entre outros, visando o desenvolvimento sustentável.

## **2.2 Itens ambientais**

### *2.2.1 Ativo Ambiental*

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis CPC, em seu Pronunciamento Conceitual Básico (R1), define o ativo como um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e que possam gerar benefícios econômicos futuros para a entidade.

Para Hendriksen e Breda (1999) ativo é a capacidade que um bem possui de gerar benefícios econômicos futuros e prováveis, provindo de transações ou eventos passados, controláveis por determinada entidade.

Niyama e Silva (2008) diz que ativos são recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e que possa gerar benefícios econômicos positivos no futuro para a entidade.

Ativo ambiental pode ser entendido como os gastos ambientais capitalizados e amortizado durante o período corrente e os futuros, porque satisfazem os critérios para reconhecimento como ativos (RIBEIRO, 2010, p. 63).

Costa (2012) cita como os ativos ambientais são representados, como os estoques dos insumos, peças, acessórios, etc., utilizados no processo de eliminação ou redução dos níveis de poluição; investimentos em máquinas, equipamentos, etc., adquiridos ou produzidos com a finalidade de amenizar os impactos gerados ao meio ambiente; os gastos com pesquisas, visando ao desenvolvimento de tecnologias modernas que possam constituir benefício futuro.

De acordo com o IBRACON - NPA 11 - compõem os ativos ambientais:

O imobilizado no que se refere aos equipamentos adquiridos, visando a eliminação ou redução de agentes poluentes, com vida útil superior a um ano; e os gastos com pesquisas e desenvolvimento de tecnologias a médio e longo prazos, constituindo, a rigor, valores integrantes do ativo diferido (se envolverem benefícios e ação que se reflitam por exercícios futuros). Também integram o ativo ambiental, os estoques, quando relacionados com insumos do processo de eliminação dos níveis de poluição; componentes representados por empregos e impostos gerados; e obras de infra-estrutura local, escolas, creches, áreas verdes e ajardinadas, que busquem o desenvolvimento e a

valorização da região e que, eliminando o passivo ambiental, a empresa produz ativos no local. (IBRACON - NPA 11)

Costa (2012) destaca que as características dos ativos ambientais são diferentes dependendo da organização, pois existem diferenças em seus vários processos operacionais em diversas atividades econômicas e devem compreender todos os bens utilizados no processo de proteção, controle, conservação e preservação do meio ambiente.

### *2.2.2 Passivo Ambiental*

Kraemer (2008) retrata o passivo ambiental como os danos causados ao meio ambiente, sendo assim a obrigação social da empresa em relação ao meio ambiente, podendo ser uma obrigação de curto e longo prazo, objetivando apenas promover investimentos em ações relacionadas à extinção ou amenização dos danos causados ao meio ambiente.

O Comitê de Pronunciamento Contábeis-CPC no Pronunciamento Conceitual Básico 00 (R1), define o passivo como uma obrigação presente da entidade, provinda de eventos passados cuja liquidação gera saída de recursos da entidade os quais são responsáveis pela geração de benefícios econômicos.

O IBRACON diante a NPA 11, conceitua o passivo ambiental como toda e qualquer agressão praticada contra o Meio Ambiente, consiste no valor dos investimentos que serão necessários para reabilita-lo, assim como multas e indenizações.

Leite (2011) diz que o Passivo Ambiental é o investimento que a empresa deve proporcionar a fim de corrigir os impactos ambientais gerados por ela em decorrência de suas atividades e que não tenham sido controlados no decorrer dos anos de suas operações.

Kraemer (2008) diz que os passivos ambientais normalmente são contingências formadas em longo período, podendo até passar despercebido pela administração da empresa. É comum esse passivo surgir através do uso de uma área, lago, rio, mar ou qualquer espaço que pertença ao meio ambiente, inclusive o ar que respiramos, e de alguma forma estão sendo prejudicados, ou ainda pelo processo de geração de resíduos ou lixo industriais, de difícil eliminação.

Alguns teóricos consideram que as contas do passivo decorrentes da contrapartida de aquisição de bens do imobilizado ambiental sejam classificados como passivo ambiental. Tomando por base essa afirmação de Costa (2012), o autor discorda dessa teoria e diz que essa obrigação não é ligada ao meio ambiente e sim com um fornecedor de bens e ou

serviços, tratado apenas de uma operação comum de empréstimo para liquidar alguma obrigação ambiental ou adquirir ativos ambientais.

Lisboa(2000) relata a importância de evidenciar o passivo ambiental, pois é extremamente útil na informação sobre a situação patrimonial da empresa. A omissão de fatos e montantes relevantes pode comprometer seriamente o conjunto de informações apresentadas, podendo distorcer a realidade da empresa e levar os usuários a tomar decisões erradas. O autor aborda ainda que o passivo deve ser reconhecido no momento que ocorra o fato gerador, independente de qualquer cobrança externa. O passivo não pode se configurar apenas com uma nota fiscal, contrato ou outro documento, conforme a responsabilidade social, moral e ética, a empresa tem que arcar com todos os custos necessários para a obtenção de suas receitas, dessa forma deve-se responsabilizar por qualquer dano que venha a causar para o meio ambiente no decorrer de suas atividades.

O reconhecimento do passivo deve ser realizado quando existir uma obrigação por parte da empresa. De acordo com Paiva (2009) ao ocorrer o fato gerador, o dado contábil já existe, mas o seu reconhecimento pode ou não acontecer neste momento, será de acordo com as políticas de negócios estabelecidas pela empresa.

Coelho, Dutra e Cardoso (2000) vão mais além quando dizem que o reconhecimento do passivo ambiental pode ser dado de três maneiras: primeiro com a possibilidade de reconhecer o evento antes de ocorrer o impacto; segundo, no instante em que a empresa constata a causa do dano, ou seja, quando o fato ocorre; e terceiro, quando os efeitos do impacto são sentidos pela empresa e comunidade, ou seja, existe a possibilidade de reconhecer o passivo ambiental posteriormente ao impacto causado.

### *2.2.3 Custo Ambiental*

De acordo com Tinoco e Kraemer (2008), a Contabilidade Ambiental permite aos gestores optar por estratégias para viabilizar a redução de custos, avaliando e imputando os Custos Ambientais.

Ribeiro (2010) afirma que os custos ambientais devem abranger todos aqueles relacionados com a proteção do meio ambiente, seja direta ou indiretamente, e cita alguns exemplos que podem ser considerados custos ambientais: todas as formas de amortização; aquisição de insumos próprios para controle, redução ou eliminação de poluentes; tratamento de resíduos dos produtos; disposição dos resíduos poluentes; recuperação ou restauração de áreas contaminadas; mão de obra utilizada nas atividades de controle, preservação ou recuperação do meio ambiente.

Braga (2007) diz que ao tratar-se de Custos Ambientais, a estrutura contábil deve utilizar nomenclaturas que envolvam os custos relacionados, direta ou indiretamente, com a operacionalização da gestão ambiental em suas atividades de prevenção, monitoramento, recuperação e reciclagem de resíduos.

Ribeiro (2010) diz que os custos devem ser reconhecidos na medida em que beneficiarem o exercício em curso, sendo assim confrontados com os resultados do exercício em que ocorre o fato gerador.

#### *2.2.4 Receita Ambiental*

Iudícibus (2009) define receita como sendo a representação monetária do valor de bens e serviços oferecidos pela entidade, que adentra no ativo e patrimônio líquido. Ou seja, a receita ambiental representa recursos adquiridos por meio de vendas de produtos que foram reciclados ou reaproveitados, evitando o descarte desses resíduos no meio ambiente.

Hendriksen e Breda (1999) definem receitas como o produto gerado por uma empresa, medidas em termos de preços correntes de troca, tendo seu reconhecido mediante o processo de venda efetivado em termos substanciais.

Tinoco e Kraemer (2008) citam como exemplos de receitas ambientais: prestação de serviços especializados em gestão ambiental; venda de produtos elaborados de sobras de insumos do processo produtivo; venda de produtos reciclados; receita de aproveitamento de gases e calor; redução do consumo de matérias-primas; redução do consumo de energia; redução do consumo de água; participação no faturamento total da empresa que se reconhece como sendo devida a sua atuação responsável com o meio ambiente.

CFC por meio da NBC TE XXX diz que as receitas ambientais se originam na retribuição da prestação de serviços de conservação de áreas naturais, através de programas que incentivam à preservação dos recursos naturais, havendo o reconhecimento dessas receitas de acordo com o momento que o serviço seja prestado. As vendas dos resíduos provenientes do processo produtivo que sejam destinadas à reutilização e/ou reciclagem são consideradas Receitas Pró-Meio Ambiente e devem ser evidenciadas em notas explicativas, visando a transparência dessas ações proativas que a entidade venha a realizar.

### *2.2.5 Despesa Ambiental*

Ludícibus (2009) trata de despesa no seu sentido restrito, sendo representada pela utilização ou o consumo de bens e serviços no processo de produzir receitas. Portanto, pode-se dizer que o fato gerador da despesa é o esforço para adquirir a receita.

Ribeiro (2010) considera despesas ambientais todos os gastos relacionados com o gerenciamento ambiental, consumidos no período e incorridos na área administrativa. Essas despesas podem conter gastos relacionados a horas de trabalho e insumos do processo como, por exemplo: auditoria ambiental; treinamentos específicos para a sua proteção; recepção de itens ambientais adquiridos; compra de insumos e equipamentos antipoluentes; seleção e recrutamento de pessoal para o gerenciamento e operação do controle ambiental; pagamento das compras realizadas para essa área, dentre outros.

Tinoco e Kraemer (2008) classificam as despesas ambientais em Despesas Operacionais, que são as despesas supracitadas, e Despesas Não Operacionais, que são as decorrentes de acontecimentos ocorridos fora da atividade principal da empresa, como por exemplo multas, sanções e compensações de terceiros.

## **2.3 Gestão Ambiental**

O Sistema de gestão Ambiental (SGA), de acordo com a NBR ISO 14001, é a parte do sistema de gestão que compreende a estrutura organizacional, as responsabilidades, as práticas, os procedimentos, os processos e recurso para aplicar, elaborar, revisar e manter a política ambiental da empresa.

A gestão ambiental representa um sistema que inclui estrutura organizacional, atividades de planejamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental, bem como minimizar ou eliminar os efeitos negativos provocados no ambiente por suas atividades (TINOCO e KRAEMER, 2008).

Para Sabbagh (2011) a Gestão Ambiental é entendida como um processo participativo, integrado e contínuo, que visa promover a compatibilização das atividades humanas com a qualidade e a preservação do patrimônio ambiental. Para que isto ocorra, a política ambiental deve se aprimorar, criando instrumentos e ferramentas para a adequada prática da Gestão Ambiental. Sua aplicação pode ocorrer no dia a dia das pessoas, nas corporações, nas organizações governamentais e não governamentais.

Ribeiro (2010) traz como fundamento básico da gestão ambiental quatro atividades principais: prevenção de ações de degradação, recuperação dos danos causados ao meio ambiente, monitoramento das ações implementadas para correção e/ou prevenção e reciclagem de materiais e/ou produtos.

## **2.4 Sustentabilidade Empresarial**

Pimenta (2010) traz no contexto que o conceito Desenvolvimento Sustentável foi apresentado pela World Commission on Environmental Development – WCED, em abril de 1987, um organismo independente, vinculados aos governos e ao sistema das Nações Unidas, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, através do relatório Nosso Futuro Comum, também conhecido como Relatório Brundtland, como sendo um desenvolvimento que atende as necessidades do presente sem comprometer a habilidade das futuras gerações de encontrar suas próprias necessidades.

Philipp (2001), diz que sustentabilidade é a capacidade de se sustentar. Uma atividade sustentável é aquela que pode ser perpetuada por um longo período de tempo indeterminado, ou seja, de forma que não se esgote, apesar de imprevistos que possam ocorrer. O conceito de sustentabilidade pode-se ampliar ainda em se tratando de uma sociedade sustentável, que não coloca em risco os recursos naturais como o ar, a água, o solo e a vida vegetal e animal dos quais a vida (da sociedade) depende.

Pimenta (2010) define a sustentabilidade empresarial ou corporativa como o compromisso empresarial para com o desenvolvimento sustentável. Este aspecto, deve incluir entre seus objetivos, o cuidado com o meio ambiente, o bem-estar das partes interessadas e a constante melhoria da sua própria reputação.

Grüninger (2008) afirma que a sustentabilidade empresarial consiste em garantir a longo prazo o sucesso do negócio, bem como contribuir no desenvolvimento econômico e social da comunidade, um meio ambiente equilibrado e igualdade social.

Amaral (2005) diz que as variáveis ambientais e sociais da sustentabilidade empresarial são contempladas, respectivamente, através da Ecoeficiência e Responsabilidade Social. A Ecoeficiência relaciona-se na entrega de produtos e serviços com qualidade, preço competitivo, atendendo a real necessidade e trazendo qualidade de vida, e que ao mesmo tempo reduza os impactos ambientais dos produtos ao longo do seu ciclo de vida. Já a Responsabilidade Social consiste no seu compromisso contínuo, oferecendo um comportamento ético com o desenvolvimento econômico, bem como favorecer uma melhoria na qualidade de vida da comunidade local e da sociedade como um todo.

Diante dessas mudanças o surgimento do conceito *Triple BottomLine*(TBL) difundido pelo documento Agenda 21, foi fundamental para a mudança do paradigma das empresas, que tinham como único foco o lucro (BARBOSA, 2008).

Esta nova proposta de gestão voltada ao paradigma da sustentabilidade empresarial representa inúmeras oportunidades de inovação e de novos negócios. Para tornar tal contexto proveitoso, as empresas podem enxergar estas oportunidades de duas maneiras: a de inovar aproveitando o próprio negócio da empresa e a outra a de inovar ocupando novos mercados, ou seja, desenvolvendo novos negócios. Essa não é uma tarefa fácil, mas é uma grande chance para sair à frente da concorrência e, portanto, garantir o crescimento dos negócios (ZAMBOM E RICCO, 2009).

Conforme Albuquerque (2009, p.88), mediante esse novo cenário, é importante ser uma empresa proativa em relação ao meio ambiente, incorporando fatores ambientais nas metas, políticas e estratégias da empresa, considerando os riscos e os impactos ambientais não só de seus processos produtivos, mas também de seus produtos, fazendo com que a proteção ambiental passe a fazer parte de seus objetivos de negócios, tendo o meio ambiente como uma possibilidade de lucro.

Baseado nesse contexto Coral (2002) apresenta um modelo sustentável para ser adotado pelas empresas, o qual compreende três dimensões da sustentabilidade: econômica, social e ambiental. Para o autor cada dimensão que compõe o modelo de sustentabilidade empresarial proposto, caracteriza-se por um conjunto de variáveis pertinentes à temática, onde a intensificação dos elementos que compreende as variáveis econômica, ambiental e social, tende a ser analisada positivamente na perspectiva da sustentabilidade empresarial. Conforme é apresentado na Figura 1.

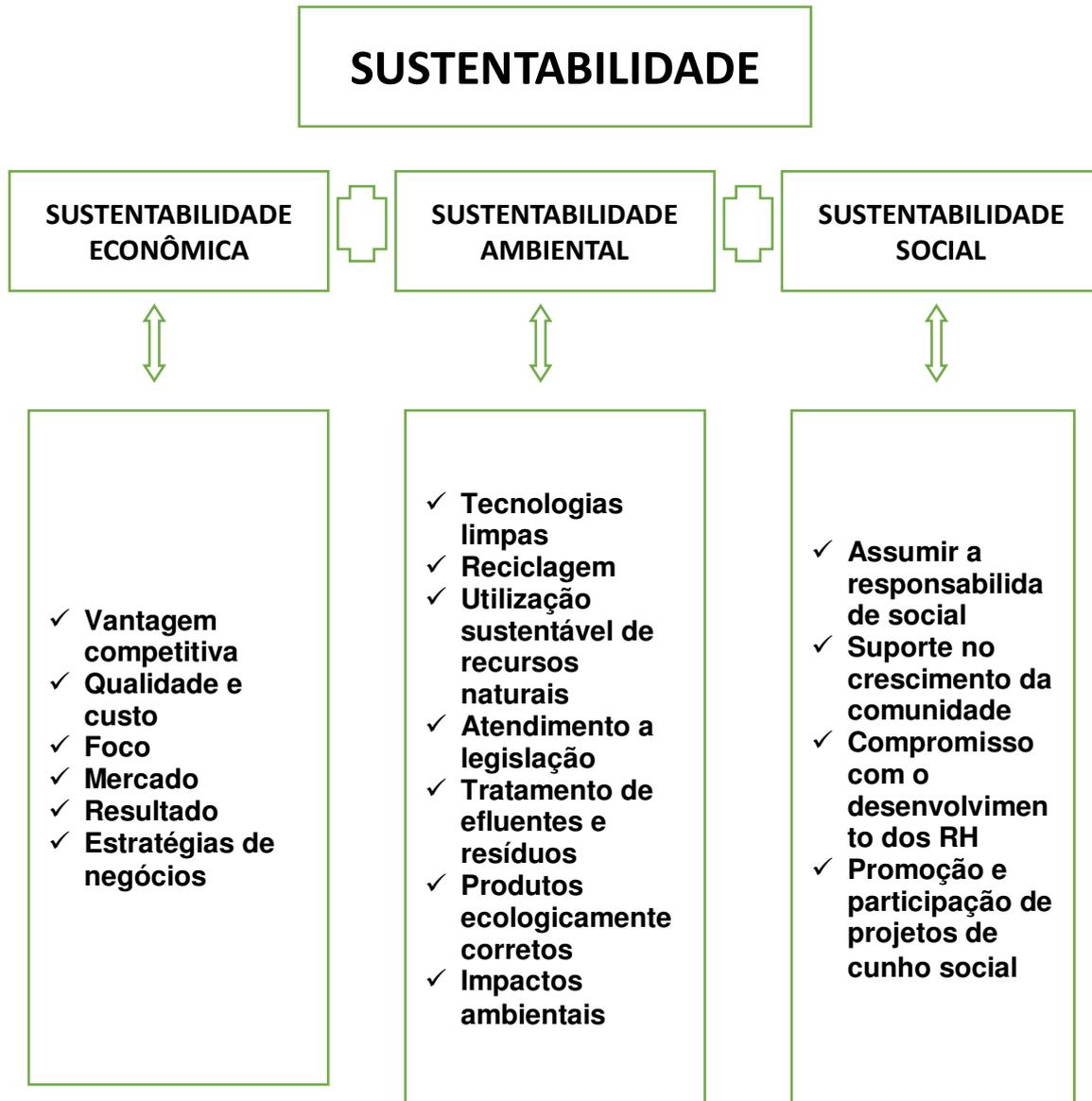


Figura 1: Modelo de sustentabilidade empresarial

Fonte: Coral, 2002, p. 129

Neste contexto, nota-se que para uma empresa se torne um empreendimento bem-sucedido no atual mercado competitivo, ela deve atuar a partir da avaliação de fatores econômicos, sociais e ambientais. Os três lados, econômico, ambiental e social, devem ser vistos com pesos iguais, pois do mesmo modo que o desenvolvimento econômico não se sustenta sem uma contrapartida ambiental e social, os outros também não se sustentam sem a contrapartida de desenvolvimento econômico da empresa (ALMEIDA, 2002).

## 2.5 Evidenciação Ambiental

A sociedade com o passar dos anos vendo os impactos ao meio ambiente, tornou-se mais consciente do seu papel de fiscalizar e de exigir medidas e ações responsáveis por parte

das empresas concernentes para a preservação e a recuperação dele, tudo isso através de informações claras, que demonstrem ao público o desempenho de suas atividades no decorrer do exercício. A evidenciação das informações contábeis ambientais torna possível a análise de perspectivas futuras pelos *stakeholders*, já que seu papel consiste em divulgar o desempenho das ações socioambientais das empresas.

Segundo Lins e Silva (2007), o termo *disclosure* é aplicado como sinônimo de evidenciação, abertura, divulgação de informações quantitativas e qualitativas, que devem ser úteis aos usuários das demonstrações financeiras. Por sua vez, o objetivo da evidenciação consiste em divulgar informações sobre o desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos *stakeholders*, considerando que os demonstrativos financeiros e outras formas de evidenciação não devem ser enganosos (TINOCO e KRAEMER, 2006).

No entendimento de Ludícibus (2009), as formas de evidenciação podem variar, mas a essência é sempre a mesma, haja vista que, devem-se apresentar informações quantitativas e qualitativas de maneira ordenada, deixando o mínimo ficar de fora dos demonstrativos formais, a fim de propiciar uma base adequada de informação para o usuário.

Para tal evidenciação utiliza-se de ferramentas como os indicadores que são informações quantificadas, de cunho científico, de fácil compreensão usada nos processos de decisão em todos os níveis da sociedade, úteis como ferramentas de avaliação de determinados fenômenos, apresentando suas tendências e progressos que se alteram ao longo do tempo

Os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável ou de Sustentabilidade Ambiental são ferramentas essenciais para guiar uma ação e subsidiar o acompanhamento e a avaliação do progresso alcançado rumo ao desenvolvimento sustentável (IBGE, 2002).

Os indicadores ambientais são de interesse de distintas áreas de conhecimento. No Brasil, o Decreto nº 6.101, de 26 de abril de 2007, que trata das atribuições do Ministério do Meio Ambiente, envolvem questões como: a preservação, conservação e utilização sustentável de ecossistemas, preservação e conservação da biodiversidade e das florestas, instrumentos econômicos e sociais para a melhoria da qualidade ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, entre outras. Constituem-se, portanto, como ferramentas indispensáveis para acompanhamento e definição das políticas, ações e estratégias do Ministério do Meio Ambiente. É importante, ainda, para a transparência das ações executadas pelo Poder Público junto à sociedade.

Ribeiro (2010, p.3) comenta que é preciso conciliar o sistema econômico e ecológico, em especial, porque os dois necessariamente se interagem. Assim não se pode fazer uma escolha entre desenvolvimento econômico ou meio ambiente saudável.

No mundo sustentável, uma atividade – a econômica, por exemplo - não pode ser pensada ou praticada em separado, porque tudo está inter-relacionado, em permanente diálogo. O uso excessivo do recurso natural rompe o equilíbrio do sistema ambiental e social e quebra o sistema econômico (ALMEIDA, 2002).

### *2.5.1 Formas de Evidenciação Ambiental*

Iudícibus (2009) retrata a Evidenciação não só como um princípio, postulado ou convenção, mas como uma parte bastante importante da Teoria da Contabilidade, pois está ligado diretamente ao objetivo da Contabilidade no momento em que garante a informação adequada beneficiando diversos públicos. A Evidenciação é um compromisso indispensável da Contabilidade com seus usuários e com os próprios objetivos determinados, podendo variar, mas em essência busca apresentar informação quantitativa e qualitativa de maneira ordenada, tentando minimizar o máximo possível deixar informações de fora, objetivando proporcionar informações adequadas e seguras para o usuário.

Tinoco e Kraemer dizem que o objetivo da evidenciação é divulgar informações gerais da empresa, seja como está o desenvolvimento econômico, financeiro, social e ambiental da entidade para os usuários interessados, de forma segura e confiável.

A Lei 6.404/76 foi alterada pela Lei 11.638/07, modificando as seções contábeis, a fim de harmonizar as práticas contábeis adotadas no país com os padrões internacionais, bem como buscando prevalecer a essência dos conteúdos das informações sob a forma jurídica.

O Comitê de Pronunciamento Contábil – CPC 00 R1 (2011) aborda que as informações devem compreender um maior público e garantir uma tomada de decisão, garantindo assim atingir o objetivo primordial das demonstrações contábeis que é oferecer informações adequadas sobre a situação patrimonial e financeira da empresa, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, atingindo o maior número de usuários e ajudar na tomada de decisões.

De acordo com Elon e Gomes (2010) a evidenciação ambiental é realizada de forma segregada na estrutura tradicional do Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultados, através de contas com natureza ambiental, com referências no Relatório da Diretoria e em Notas Explicativas, existindo ainda outras alternativas que buscam evidenciar

fatos e ocorrências ambientais, por exemplo: Balanço Social, Demonstrações Alternativas, Eco-balanço e Quadros Suplementares.

Freitas e Strassburg (2007) diz que evidenciar os eventos ambientais relaciona-se com as atividades operacionais de cada setor que influenciada a continuidade das empresas, a qualidade de vida das pessoas e o ecossistema. Todos os gastos e provisões sucedidas ao meio ambiente necessita ser evidenciados, bem como as situações ligadas diretamente com a natureza, que possam prejudicar interesses da empresa ou riscos para a continuidade do negócio. Então, a contabilidade tem função de identificar os gastos e provisões relacionadas ao meio ambiente, efetuar sua classificação e quantificação, levando em consideração a ocorrência, sua importância e finalidade.

Pordeus et. al., (2013) trazem orientações emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e no Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), recomendando que as informações sejam evidenciadas em relatórios compondo as demonstrações, tais como: o Balanço Patrimonial, DRE, Notas Explicativas e Relatório de Administração. O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) recomenda que as informações sejam apresentadas na Demonstração de Informações de Natureza Social e Ambiental, devendo ser divulgada como informação complementar às demonstrações contábeis, não se confundindo com as Notas Explicativas.

O CPC 40 R1 (2012) reforça a importância dos meios de Evidenciação das empresas, determinando regras para a divulgação dessas informações, assegurando aos usuários a significância desses instrumentos financeiros para melhor avaliação de sua posição patrimonial e financeira e analisar como está seu desempenho, mediante informações claras, concisas e confiáveis. Tudo o que ocorrer com a empresa e que possa gerar influência na entidade devem ser divulgados para segurança dos usuários.

Ligteringen (2012), na época presidente da Global Reporting Initiative (GRI), explica que a GRI trata de uma instituição global independente e sem fins lucrativos, tendo a responsabilidade de criar uma estrutura para medir o desempenho sustentável de empresas, repartições públicas, ONGs e outras organizações e que seja aceita mundialmente.

O autor ainda trata da importância de desenvolver relatórios de sustentabilidade, afirmando ser um processo que envolve identificação, mensuração e divulgação do desempenho sustentável, podendo ser publicadas periodicamente em forma de relatórios. Esse relatório pode permitir as empresas:

- a) desenvolver uma estratégia de gestão voltada para o futuro, baseada em informações consistentes sobre os impactos positivos e negativos da sustentabilidade, tanto causados pela empresa como por fatores externos, tais como alterações climáticas ou questões de direitos humanos;
- b) melhorar o diálogo entre os acionistas, o que auxilia as empresas a identificar riscos e oportunidades ligados à sustentabilidade; e
- c) ajudar a mudar a mentalidade, buscando o que faz sentido para os negócios em um mundo dinâmico, onde importa não somente o âmbito financeiro, mas também o econômico, o social e o ambiental. (LIGTERINGEN, 2012, p.1)

Global Reporting Initiative (2012) cita que para uma organização publicar um relatório de sustentabilidade existe um motivo principal, pois acredita que trará benefícios a organização de alguma forma. Porém, não é apenas por esse motivo que as organizações tomam essa decisão de relatar seu desempenho não financeiro e sobre a sustentabilidade. Essa motivação pode ser dada interna ou externamente, tangíveis ou intangíveis, financeiros ou morais, podendo essas razões mudarem ao longo dos anos.

De acordo com Domingos (2010) as empresas se utilizam do relatório de sustentabilidade para comunicar o seu desempenho nas esferas ambiental, social e econômica. Esse relatório é utilizado como um instrumento de mensuração e divulgação do desempenho da empresa relacionado com a sustentabilidade, possibilitando que a organização informe além da sua parte financeira.

### **3ANÁLISES DOS RESULTADOS**

Depois de trabalhado todo o referencial teórico como base para construir conceitos edesenvolvimento desta pesquisa, foi inicializada a etapa de análise das informações obtidas a partir dos relatórios de sustentabilidade divulgados no período de 2013 a 2015 da empresa em estudo, Bunge.

A seguir realiza-se um estudo sobre o grau de clareza da evidenciação ambiental, analisando-se o conteúdo através de variáveis de investigação ambiental, relacionando com um breve histórico sobre as práticas desta empresa.

#### **3.1Práticas de gestão ambiental na empresa**

Os Relatórios de Sustentabilidade analisados neste estudo referentes aos anos de 2013, 2014 e 2015 trazem práticas realizadas pela empresa, que visam a redução de impactos ambientais gerados por suas atividades, uma melhoria em sua economia, visando manter esse equilíbrio e atingir a sustentabilidade desejada então por tantas empresas. A seguir, serão abordadas alguns itens considerados de extrema importância, pois estão diretamente ligados a produção desse ramo de indústria, e que podem causar grandes impactos ao meio ambiente.

##### *3.1.1 Água*

A empresa apresenta em seu Relatório de sustentabilidade referente aos três anos em estudo, práticas que envolvem a gestão ambiental na empresa, tanto buscando beneficiar seu setor econômico, como preocupada com a área ambiental e social.

Um dos recursos mais utilizados na empresa é a água, ligada diretamente com os processos produtivos, necessitando de estratégias em sua gestão. Seu relatório informa que a maior parte consumida provém de captação superficial, porem também é utilizado uma parte de poços e concessionárias de abastecimento.

De acordo com a GRI G4-EN9 em 2015 nenhuma fonte hídrica é considerada significativamente afetada por suas atividades no setor de Agronegócios e Alimentos & Ingredientes. Importante salientar que com relação ao setor de Açúcar & Bioenergia, a unidade de Moema está localizada em uma área onde há pouca disponibilidade hídrica, a Bacia Hidrográfica do Rio Turvo, levando a empresa a assumir um compromisso com o órgão ambiental competente de redução do consumo de água por tonelada de cana-de-açúcar processada.

Tabela 1 - Total de Retirada de Água por Fonte (M<sup>3</sup>) GRI G4-En8

TIPO DE FONTE	BUNGE BRASIL		
	2012	2013	2014
Superficial (rios e lagos)	21.756.228	24.259.751	35.308.032
Subterrânea (poços)	6.765.568	7.618.971	6.181.735
Concessionária de abastecimento	861.088	693.249	888.355
Água de chuva	-	-	-
<b>Total</b>	<b>29.382.884</b>	<b>32.571.971</b>	<b>42.378.122</b>
<b>M<sup>3</sup> água/t produzida</b>	<b>1,09</b>	<b>1,11</b>	<b>1,41</b>
<b>Variação % (2014-2013)</b>	<b>28%</b>		

Fonte: Relatório de Sustentabilidade, 2015.

A disponibilidade de informações quanto ao total de água retirada de acordo com cada fonte é até o ano de 2014, a qual foi divulgada no Relatório de Sustentabilidade de 2015. Houve uma variação crescente considerável entre os anos de 2013 e 2014 de 28%, justificada pela empresa com um aumento no uso de irrigação das lavouras de cana de açúcar da Usina de Pedro Afonso, levando em consideração que há outorga autorizando a empresa dessa atividade.

A empresa retrata a preocupação com o meio ambiente disponibilizando tecnologias para reciclar e reutilizar a água. Esse sistema consiste no tratamento terciário do efluente gerado no parque industrial, utilizando-se filtração por osmose reversa para caldeiras e torres de resfriamento.



Figura 2: Total de água reciclada/reutilizada (m³) GRI G4-EN10

Fonte:Relatório de Sustentabilidade, 2015.

A figura 2 evidencia, de acordo com o Relatório de Sustentabilidade 2015, uma variação positiva na quantidade tanto da reciclagem e reutilização da água como na sua captação nos anos de 2013 e 2014. Quando retratado e comparado esses valores ao total de água utilizada no processo industrial, percebe-se que houve uma redução desse percentual em 2014, podendo ser advinda de uma quantidade menor de chuvas, maior consumo de água ou algum outro fator não especificado em relatório. A empresa destaca como objetivo reduzir em 3% o consumo de água por tonelada produzida entre 2013 e 2016.

### 3.1.2 Energias Renováveis

O consumo de energia é um ponto também super importante a ser retratado, pois é visto como essencial dentro das operações da empresa. Esse consumo está diretamente relacionado as mudanças climáticas, ao esgotamento dos recursos naturais (combustíveis fósseis) e à poluição do ar. Esse consumo pode ser observado nos processos de: caldeiras (vapor e eletricidade); Plantio, colheita e transporte de cana-de-açúcar para as usinas; e Geradores de energia elétrica.

A Bunge traz como uma de suas metas a redução das emissões de GEE, buscando reduzir o consumo de suas unidades industriais, bem como na adoção de uma matriz energética renovável. Em 2014 destacou-se que 94% da matriz energética era composta de fontes renováveis. De acordo com o relatório de sustentabilidade a empresa está focada na: Redução do consumo de energia direta dos processos; Fomento e uso de energia renovável; Otimização do uso dos equipamentos/máquinas que consomem energia elétrica, além da execução de sua manutenção preventiva.

O relatório de Sustentabilidade divulgado em 2015 diz que a empresa assumiu também a meta de reduzir o consumo de energia por tonelada produzida, em adição à meta de redução na emissão de CO<sub>2</sub>. A meta é reduzir o consumo de energia em 3%, no período de 2013 a 2016.

De acordo com a GRI G4-EN6, houve uma redução no consumo de energia de indireta utilizadas no processo produtivo de 8,7%, no ano de 2013, conforme tabela abaixo.

Tabela 2–Consumo de Energia Indireta na empresa Bunge (GRI G4-EN6)

ENERGIA INDIRETA	BUNGE BRASIL		
	2012	2013	2014
Energia elétrica (SIN)	2.085.761,61	2.045.930,34	1.903.162,48
GJ energia elétrica (SIN)/t produzida GRI G4-EN5	0,077	0,070	0,063
<b>Varição % (2014-2013)</b>	<b>-8,71%</b>		

Fonte: Relatório de Sustentabilidade, 2015.

Essa diminuição foi possível graças à adoção contínua de iniciativas de melhoria na eficiência operacional nas unidades da companhia. Por outro lado houve um aumento no consumo de energia direta, devido ao aumento na geração de energia elétrica nas Usinas de Bioenergia, provindas da queima de bagaço de cana.

A G4-EN19 aborda a geração de energia elétrica provinda da queima do bagaço da cana, trazendo uma melhoria significativa na relação Bagaço Queimado x Energia Elétrica Gerada, graças ao início da operação plena das unidades geradoras na Usina Pedro Afonso e à reforma e ampliação da capacidade de geração nas Usinas Moema e Santa Juliana, como pode ser visto na tabela 3.

Tabela 3 - Energia Elétrica Provinda da Queima do Bagaço da Cana

ENERGIA ELÉTRICA GERADA (MWH)/BAGAÇO QUEIMADO (GJ)		
2012	2013	2014
0,23	0,28	0,41

Fonte: Relatório de Sustentabilidade, 2015.

A Bunge Brasil participou ativamente da elaboração e revisão das Diretrizes Agrícolas Brasileiras do GHG Protocol e da Ferramenta de Cálculo, desenvolvidos por meio de uma parceria entre EMBRAPA, UNICAMP, WRI e empresas do setor do agronegócio.

Estas diretrizes tem foco na contabilização de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do agronegócio brasileiro, tendo como objetivo melhorar a gestão empresarial das emissões agrícolas. Seu lançamento foi realizado em maio de 2014.

## Emissões Evitadas (tCO<sub>2</sub>e)

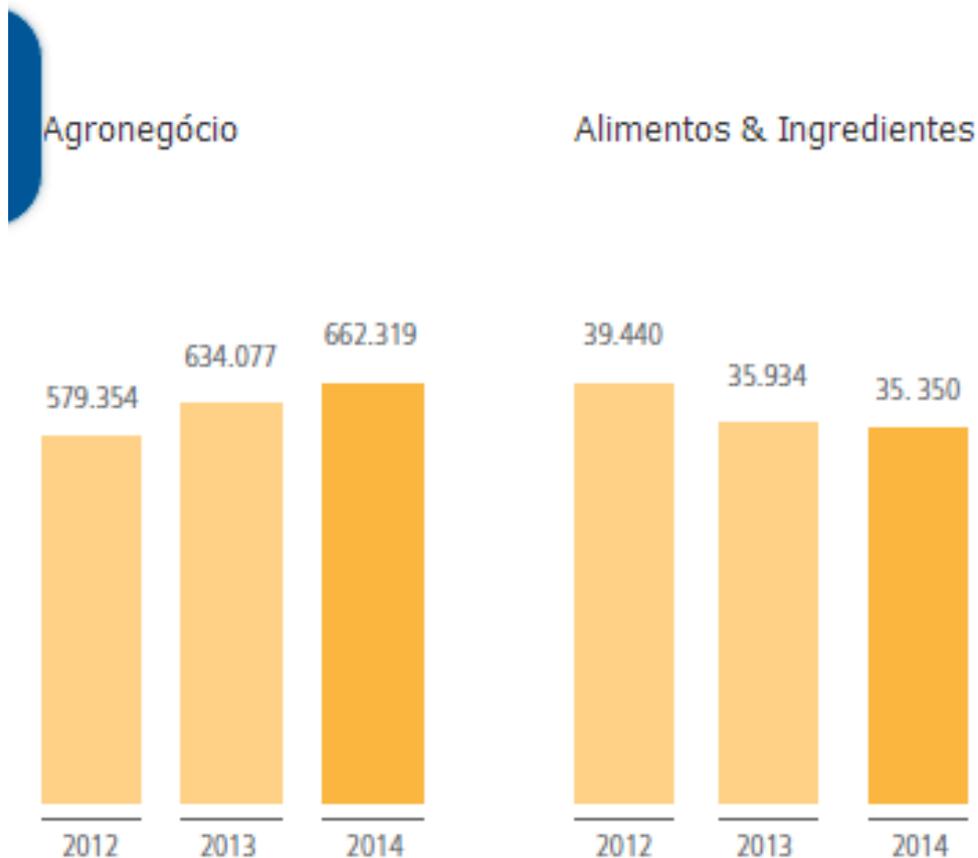


Figura 3: Emissões Evitadas pela empresa Bunge

Fonte: Relatório de Sustentabilidade, 2015.

### 3.1.3 Resíduos

Um ponto importante para reduzir os impactos ambientais é o gerenciamento correto de resíduos sólidos e efluentes líquidos, com tratamentos e destinação corretos, é, portanto que a Bunge em seu relatório de sustentabilidade afirma assegurar essa destinação de forma correta, principalmente se tratando de insumos e embalagens, além de manter controles operacionais para a redução do consumo de matérias-primas. A partir de algumas ações, a empresa manteve a destinação sustentável de seus resíduos industriais em 85% entre 2013 e 2014. Entretanto, os dados mostram que a cada tonelada produzida pela Bunge são ainda gerados 266 gramas de resíduos, cuja destinação precisa ser aprimorada. A empresa traçou como meta reduzir em 5% o envio de resíduos para destinação não sustentável até 2016

A Bunge gerencia seus efluentes líquidos com objetivo de reduzir o impacto ambiental e quando possível é reutilizado em outros processos, como por exemplo, a vinhaça. Também há um tratamento em ETEs antes do descarte, seguindo parâmetros estabelecidos em leis.

Importante destacar que segundo o Relatório de Sustentabilidade, em 2014 foi registrado um caso de derramamento significativo da vinhaça na usina Ouroeste, não foi mensurada, porém impactou uma Área de Preservação Permanente (APP) e seu corpo d'água, causando morte de peixes. A empresa tomou como iniciativas para essa ocorrência: construção de contenção às margens da APP; adição de solo seco sobre vinhaça acumulada em aduela; remoção do solo encharcado e aplicação na lavoura; e replantio de árvores na APP.

O Relatório de Sustentabilidade de 2015 traz em um quadro a representatividade da destinação dos Resíduos Sólidos, evidenciando um comparativo entre três anos, como mostra a tabela a seguir.

Tabela 4 - Destinação de Resíduos Sólidos por Tipo **G4-EN23**

<b>BUNGE BRASIL</b>			
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
<b>Resíduos não perigosos (t)</b>	<b>58.754</b>	<b>65.426</b>	<b>49.843</b>
Recuperação e Reutilização	2.992	4.656	422
Reciclagem	17.211	11.177	10.958
<i>Landfarming</i>	-	4.191	2.005
Compostagem	22.607	35.724	29.354
Incineração com recuperação de energia	-	-	-
Armazenagem no local	16	685	2.610
Outros	3.386	1.565	1.291
<b>Resíduos perigosos (t)</b>	<b>1.690</b>	<b>2.503</b>	<b>2.149</b>
Recuperação e Reutilização	591	994	563
Reciclagem	612	694	710
Incineração com recuperação de energia	-	22	-
Incineração sem recuperação de energia	300	730	173
Aterro	102	56	360
Armazenagem no local	32	6	141
Outros	53	2	201
<b>Total</b>	<b>60.444</b>	<b>67.929</b>	<b>51.992</b>
<b>Kg Resíduo/ t produzida</b>	<b>2,24</b>	<b>2,31</b>	<b>1,73</b>
<b>Varição % (2014-2013)</b>	<b>-24,89%</b>		

Fonte: Relatório de Sustentabilidade, 2015.

A Bunge Brasil registrou uma redução significativa na geração de resíduos sólidos em suas operações industriais de 24% nos anos de 2013 e 2014, devendo essa redução ao aprimoramento e evolução dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS's) implementados nas plantas industriais bem como o foco no cumprimento da meta de redução de geração de resíduos.

### 3.1.4 Investimentos Ambientais

A Bunge traz como destaque um investimento de mais de R\$32 milhões em ações de proteção e gestão ambiental no ano de 2014, sendo R\$15 milhões destinado ao Agronegócio. Os investimentos e gastos em meio ambiente da Bunge estão divididos em dois grupos: Controles ambientais/ Preservação e Recuperação Ambiental; e Gestão ambiental.

Os Controles ambientais/ Preservação e Recuperação Ambiental envolvem: Tratamento e Disposição de Resíduos; Tratamento de Emissões Atmosféricas; Tratamento de Efluentes Líquidos; Revegetação de Áreas Degradadas e Proteção de Áreas; Remediação de Áreas Contaminadas; Preservação da Biodiversidade. Já a Gestão Ambiental subdivide-se em: Gestão Ambiental; Educação e Treinamento; Certificação Externa; Pesquisa e Desenvolvimento; Taxas Ambientais e Outros.

Tabela 5 - Investimentos Ambientais (EM R\$) GRI G4-EN31

<b>BUNGE BRASIL</b>			
<b>TIPO DE DISPÊNDIO</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>
Controles ambientais/preservação e recuperação ambiental	16.524.607	25.451.084	17.733.352
Gestão ambiental	23.154.718	13.545.998	15.192.473
<b>Total</b>	<b>39.679.325</b>	<b>38.997.082</b>	<b>32.925.825</b>
<b>R\$/t produzida</b>	<b>1,47</b>	<b>1,33</b>	<b>1,10</b>
<b>Variação % (2014-2013)</b>	<b>-17,11%</b>		

Fonte: Relatório de Sustentabilidade, 2015.

O Relatório de Sustentabilidade de 2015 apresenta a tabela acima como um comparativo dentre os anos com relação aos investimentos ambientais realizados pela empresa, tendo em vista uma queda de 17%, justificado então porque alguns dos investimentos anteriores contemplavam ações de alcance de prazo maior.

### 3.1.5 Promoção da Agricultura Sustentável

Tendo em vista que a Bunge não detém a gestão total dos processos agrícolas, promover uma agricultura sustentável é um ponto de valor tratado na empresa, pois os impactos são de grande interesse do público. De acordo com a GRI G4-FPI, a empresa se empenha em sensibilizar e capacitar parceiros comerciais visando respeitar os direitos dos trabalhadores e minimizar o máximo possível os impactos ao meio ambiente, aproveitando os recursos naturais racionalmente resultando em benefícios para a sociedade. Indica ainda que no final de 2014, 100% dos fornecedores cumpriram a política de compras da Bunge.

Tabela 6 – Monitoramento de Conformidade da Cadeira de Fornecimento Agrícola

<b>MONITORAMENTO DE CONFORMIDADE DA CADEIA DE FORNECIMENTO AGRÍCOLA</b>					
	<b>2012</b>		<b>2013</b>		<b>2014</b>
	<b>TOTAL DE PRODUTORES QUE PERMANECERAM VETADOS NO ANO</b>	<b>NOVOS PRODUTORES BLOQUEADOS DURANTE O ANO</b>	<b>TOTAL DE PRODUTORES QUE PERMANECERAM VETADOS NO ANO</b>	<b>NOVOS PRODUTORES BLOQUEADOS DURANTE O ANO</b>	<b>TOTAL DE PRODUTORES QUE PERMANECERAM VETADOS NO ANO</b>
Ibama	425	47	423	33	261
Moratória da Soja	53	6	43	0	36
Pacto Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo	16	6	13	0	13

Fonte: Relatório de Sustentabilidade, 2015.

Com relação a tabela observada, a empresa manteve o controle acerca de produtores que não respeitaram o pacto voluntário para erradicação de uso de trabalho escravo. Em 2014, não houve novos bloqueios, sendo que o total de produtores bloqueados permaneceu no número de 13, mesmo do ano anterior, onde provavelmente os agricultores passam a se conscientizar. No ano de 2014, 33 produtores foram bloqueados por não respeitar os embargos do Ibama, totalizando 261 bloqueados, uma significativa redução. Em 2014, não houve novos bloqueios de fornecedores por desrespeito à Moratória da Soja, porém 36 produtores permaneceram bloqueados, sendo observado também uma redução comparada aos anos anteriores.

### **3.2 Grau de clareza da Evidenciação Ambiental**

Através do Relatório de Sustentabilidade e informações prestadas no site oficial da empresa, foi construído o gráfico 1 para apresentar o grau de clareza na evidenciação nos documentos estudados, informando comparações das políticas e práticas ambientais.

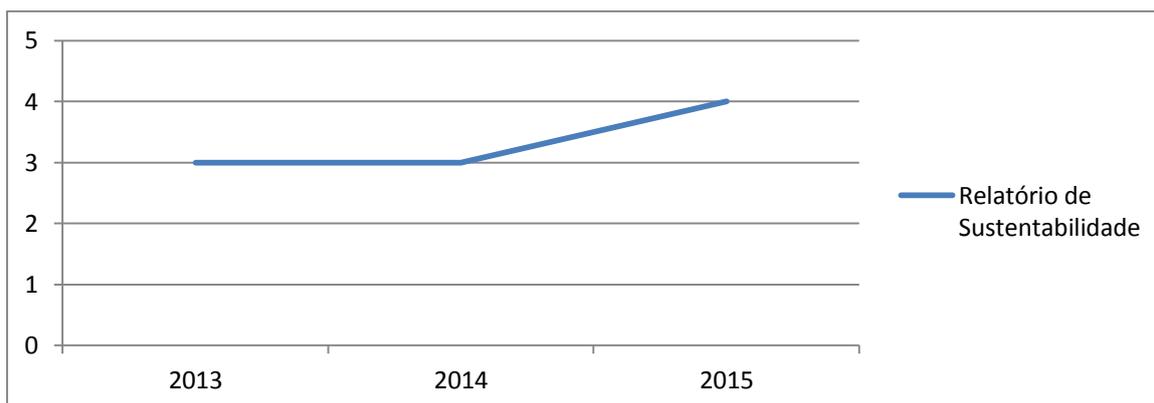


GRÁFICO 1: Grau de clareza dos documentos estudados no período de 2013 a 2015.

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

De acordo com o gráfico representado, pode-se observar que em 2013 e 2014 a empresa Bunge possui um Relatório de Sustentabilidade considerado com evidenciação clara, classificado como nota 3, tendo em vista muitas divulgações ambientais, porém faltando alguns detalhes mais específicos como valores monetários mais claros. Importante salientar que em 2014 o relatório veio a ser um pouco mais completo. Já em 2015, a evidenciação tornou-se plenamente clara, tendo as informações ambientais bem apresentadas, detalhando qualitativa e quantitativamente, especificando seus gastos, investimentos, despesas, etc. Neste ano de 2015, além dos dados estarem melhor apresentados, compreensão mais facilitada, divisão de informações melhor distribuídas, o relatório por sua vez apresenta um melhor comparativo com os anos anteriores (2013 e 2014).

Quadro 2 - Variáveis Ambientais Investigadas na empresa Bunge.

Variáveis Ambientais Investigadas	2013	2014	2015
Política e seguro ambiental		X	X
Licenciamento Ambiental- Licenças e autorizações ambientais	X	X	X
Reserva Legal e Áreas de Prevenção Permanente (APP)		X	X
Avaliação periódica de seus aspectos e impactos ambientais	X	X	X
Programas ou projetos de uso sustentável dos recursos naturais	X	X	X
Processos e Atividades da Companhia (PPA), gerados de impactos ambientais significativos.	X	X	X
Uso ou consumo sustentável de produtos e serviços	X	X	X
Programas voltados a redução de perdas ou programas de desenvolvimento e inovação tecnológica na substituição de recursos naturais não renováveis e eficiência energética	X	X	X
Sistemas de Gestão Ambiental certificados por Organismo Certificador Acreditado - OCA (certificações ISO 14001-SGA e OHSAS 18001 - SGSST ou Certificações de Terceira Parte Equivalentes)	X	X	X

Consumo de energia, materiais, uso de água, efluentes líquidos e resíduos sólidos	X	X	X
Processos administrativos ou judiciais, sanções e acordos em relação ao meio ambiente.		X	X
Biodiversidade: sua conservação, uso racional, prática de avaliação de potenciais impactos (positivos ou negativos)	X	X	X
Referência sobre desempenho ambiental (conformidade legal, melhoria contínua em risco ambiental, redução de custos, geração de receitas, abordagens preventivas e uso ou consumo sustentável de recursos naturais no longo prazo)	X	X	X
Passivos Ambientais (provisão de recursos)			X

Fonte: Dados da Pesquisa, 2016.

Observando o quadro apresentado, pode-se perceber que a empresa costuma apresentar um Relatório de Sustentabilidade com bastante informações, porém em sua maioria de caráter qualitativo, envolvendo pouca mensuração ou até mesmo nenhuma em determinados itens. Importante destacar também que no decorrer dos anos o Relatório apresenta mais detalhes em suas publicações, informações mais precisas e mais detalhadas de fatos ocorridos durante o ano em seus processos industriais.

Com relação ao consumo de energia, materiais, uso de água, efluentes líquidos e resíduos sólidos divulgados, classificados como despesa, a cada ano apresentado a empresa utiliza-se de um quadro comparativo, afim de analisar e estudar possíveis modificações e as causas, bem como demonstrar aos usuários se as práticas aplicadas em suas atividades estão tendo retorno esperado. Qualquer tarefa realizada pela administração que envolva gastos referentes à parte ambiental da empresa deve ser reconhecida como uma despesa.

Com relação ao desempenho ambiental, a empresa investe em procedimentos e desenvolvimentos de novas tecnologias voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e essas práticas estão evidenciadas em todos os documentos estudados, objetivando manter a qualidade ambiental e minimizar riscos a natureza.

É possível destacar através da leitura dos Relatórios de Sustentabilidade e dessa análise que a cada ano a empresa se preocupou em divulgar mais detalhes acerca do conteúdo de suas informações ambientais. Em 2014, foi observado um numero maior de itens abordados no relatório comparado ao ano de 2013, e os mesmo pontos um pouco mais detalhados. Já em 2015, o aumento de itens não foi tão significativo comparado a 2014, porém as práticas melhor evidenciadas e postas em pratica pode ter sido um ponto forte para a empresa chegar ao seu destaque e premiação pelo Guia Exame.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES**

Diante todo o exposto neste trabalho, percebe-se que o meio ambiente sofre cada vez mais com a degradação e o desgaste ambiental advinda das ações humanas para satisfazer suas necessidades, sendo assim aumenta a preocupação com o meio ambiente.

As empresas atualmente se apresentam como preocupadas em relação aos impactos gerados por elas e passaram a investir em práticas e políticas ambientais que visem diminuir os danos que podem causar ao meio ambiente, ou até mesmo extingui-los. Para que essas práticas e políticas possam ter a eficiência desejada, é necessário recorrer a Contabilidade Ambiental que pode contribuir com informações necessárias para a tomada de decisão, favorecendo a própria empresa e o meio ambiente.

Partindo dessa preocupação com o futuro do meio ambiente, as empresas passaram a divulgar essas informações em documentos voluntários, destacando suas práticas ambientais, evidenciando e comparando. Levando em consideração a importância dessas informações aos usuários é interessante que o gestor possa transparecer essas informações de maneira clara e concisa, buscando assegurar as tomadas de decisões dos usuários, passando assim da melhor forma possível a realidade da empresa.

O presente trabalho consistiu em um estudo de caso na empresa Bunge, com o intuito de investigar como a empresa evidencia suas informações ambientais, mesmo sendo voluntárias, no período proposto de 2013 a 2015, utilizando variáveis referentes ao Questionário ISE.

A presente pesquisa buscou responder ao questionamento: “De que maneira estão evidenciadas as informações ambientais da empresa Bunge entre os anos de 2013 a 2015 em seus Relatórios de Sustentabilidade?”, objetivando uma análise mais detalhada em seus Relatórios de Sustentabilidade nos referidos anos sobre a evidenciação de fatos importantes relacionados ao meio ambiente, tendo em vista que são informações não obrigatórias e, portanto sua divulgação é voluntária, podendo até mesmo gerar alguma “manipulação” da forma em que se repassa a informação. Então partindo desse pressuposto de que o mercado está cada vez mais concorrido e por isso as empresas buscam se moldar e se adaptar as necessidades dos usuários, muitas buscam trazer informações extras, porém requer um estudo sobre como as informações são postas a público.

De acordo com o contexto, apresentam maior preocupação em evidenciar as principais práticas ambientais, referindo-se a investimentos em projetos de gestão e educação ambiental, áreas de conservação e preservação, legislação, certificação ambiental, custos

com controle de emissão de resíduos, conservação e prevenção, redução do consumo de energia, etc.

Com base nos resultados desta pesquisa, conclui-se que a evidenciação foi bem retratada em seus relatórios nos anos estudados, trazendo informações detalhadas, separadas e com dados importantes, visando até mesmo uma comparação com os anos anteriores através de quadros, figuras e gráficos. O que faltou em alguns pontos divulgados, foi a parte da sua mensuração, como por exemplo nos passivos ambientais. Os relatórios focaram bastante em práticas realizadas pela empresa com objetivo de promover uma relação sustentável com o meio ambiente, enquanto faltou retratar um pouco mais os impactos já causados, prejuízos ambientais e seus valores monetários.

A pesquisa atingiu os objetivos a que se propôs, com base na fundamentação teórica e nos dados coletados no site oficial da empresa e nos Relatórios de Sustentabilidade dos anos de 2013, 2014 e 2015, sendo retratada o perfil da empresa, práticas relacionadas ao meio ambiente, bem como sua classificação com relação a forma de evidenciar.

As conclusões construídas mediante este estudo contribuíram de certa forma para melhor compreender acerca do tema, avaliando a divulgação de informações aos usuários sobre custos e despesas ambientais, das práticas de evidenciação ambiental e dos comportamentos das empresas estudadas para com o meio ambiente.

Como foi tratado anteriormente, a empresa foi eleita pelo Guia Exame como a mais sustentável do ano de 2015, com o estudo de seus relatórios pode-se perceber a quantidade de detalhes e informações que a empresa trata e divulga, porém a maioria das informações eram de caráter qualitativo, além de que maioria também retratava fatos vantajosos para a empresa, deixando um pouco de lado as informações de caráter prejudicial. É sugerido a empresa um melhor detalhamento das suas obrigações ambientais e padronização na divulgação das informações, para comparação e melhor detalhamento do nível de transparência dos seus patrimônios ambientais, principalmente em relação a suas provisões, pois ambas mostram-se ausentes neste quesito.

Para pesquisas futuras, recomenda-se adicionar um comparativo entre outras empresas do mesmo segmento, para assim visualizar de maneira mais facilitada a diferença entre seus componentes bem como suas práticas de gestão ambiental.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, José de Lima (Organizador). *Gestão Ambiental e Responsabilidade Social: conceitos, ferramentas e aplicações*. São Paulo: Atlas, 2009.
- ALMEIDA, F. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- AMARAL, Sergio Pinto. *Sustentabilidade ambiental, social e econômica: como entender, medir e relatar*. 2. ed. São Paulo: Tocalino, 2005. 124 p.
- BARBOSA, Gisele Silva. O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. *Revista Visões* 4. ed, Nº4, Volume 1 – Jan/Jun 2008.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Persona, 1995.
- BERNARDO, M. L; MACHADO, D. C. Contabilidade e Gestão Ambiental: um estudo de caso sobre o disclosure ambiental da companhia Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS). In: **Congresso Internacional de Administração; Gestão Estratégica: Inovação, Tecnologia e Sustentabilidade. 2010**.
- BEUREN, Ilse Maria (Org.) et al. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- BEUREN, Líse Maria. **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: teoria e prática**, 3 ed. 2 reimp. São Paulo: Atlas 2006.
- BRAGA, Célia (Org.). **Contabilidade Ambiental: Ferramenta para Gestão da Sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2007.
- BRASIL**. Decreto Nº 6.101, de 26 de abril de 2007. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Meio Ambiente, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

BRASIL. **Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976**. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em:  
<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm)>. Acesso em: 16/05/2016.

BUNGE, **Relatórios de Sustentabilidade**. Disponível em:  
<<http://www.bunge.com.br/sustentabilidade/2015/port/index.htm>> Acesso em: 01 de janeiro de 2016.

CARDOSO, R. L.; COELHO, F. S.; DUTRA, R. G.. Evidenciação do investimento no social e no ambiental. Pensar Contábil. Rio de Janeiro, n. 09, ano 3, p. 12-18, ago./out. 2000.

CFC, Conselho Federal de Contabilidade. **Normas Brasileiras de Contabilidade: NBC TE XXX – Interação da Natureza com o meio ambiente**. Disponível em < [http://www.cfc.org.br/uparq/NBC\\_TE\\_INTERACAO\\_DA\\_ENTIDADE\\_MEIO\\_AMBIENTE.pdf](http://www.cfc.org.br/uparq/NBC_TE_INTERACAO_DA_ENTIDADE_MEIO_AMBIENTE.pdf)>. Acesso em 08/05/2016.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS – CVM nº 684, 2012. **Aprova o Pronunciamento Técnico CPC 40(R1) do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que trata de Instrumentos Financeiros: Evidenciação**. Disponível em: <[www.cvm.gov.br/](http://www.cvm.gov.br/)>. Acesso em: 09 de maio de 2016.

COMITÊ DE PROCUNCIAMENTOS CONTÁBEIS – CPC 00 R1, 2011. **Pronunciamento Conceitual Básico (R1). Estrutura conceitual para a elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro**. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br> >. Acesso em: 09 de maio de 2016.

CORAL, Elisa. **Modelo de Planejamento estratégico para a sustentabilidade Empresarial**. 2002. 282f. Tese (Doutorado em Engenharia da Produção). UFSC, Florianópolis – SC, 2002.

COSTA, Carlos Alexandre Gehm. **Contabilidade Ambiental: mensuração, evidenciação e transparência**. São Paulo: Atlas, 2012.

COSTA, Rodrigo Simão; MARION, José Carlos. A uniformidade das informações ambientais. **Revista Contabilidade & Finanças**, v.18 n.43. São Paulo: jan./abr. 2007.

DIAS, Reinaldo. **Gestão Ambiental: responsabilidade social**. São Paulo: Atlas, 2014.

DOMINGOS, R. M. D. A evolução da divulgação voluntária de informação nas empresas cotadas da Euronext Lisboa do ano 2006 a 2008. **Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Curso de Pós-Graduação em Contabilidade**, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa, Lisboa, 2010.

ELON, Daniela Mendes; GOMES, Sônia Maria da Silva. **Análise da evidenciação de informações ambientais de empresas do setor de Papel e Celulose**. 2010. Disponível em: <[www.contabeis.ufba.br](http://www.contabeis.ufba.br)> Acesso em: 17/05/2016.

EXAME, Guia Exame. **As 100 empresas globais mais sustentáveis de 2015**. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/>> Acesso em 01 de janeiro de 2016.

FERREIRA, Aracéli Cristina de Souza. **Contabilidade Ambiental: Uma informação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo, ed: Atlas 2006.

FREITAS, C. C. de O.; STRASSBURG, U. (2007). **Evidenciação das informações ambientais nas demonstrações contábeis de empresas do setor de papel e celulose brasileiras**. Anais do VI Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Centro de Ciências Sociais Aplicadas da UNIOESTE, Campus Cascavel, 04 a 06 junho de 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Relatórios de Sustentabilidade da GRI: Quanto vale essa jornada?** Pontos de Partida, 2012. Disponível em: <<https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

GRÜNINGER, Beat. **GRI: caminhos e desafios para relatórios de sustentabilidade**. Business meets social development. 53 slides, 2008. Disponível em: < <http://www.ahkbrasil.com/> >. Acesso em: 17/01/2016.

HENDRISKEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**.

Tradução de Antônio Ziratto Sanvicente. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IBRACON - Instituto Brasileiro de Contabilidade. NPA 11 - Normas e Procedimentos de Auditoria - Balanço e Ecologia, 1996. Disponível em:

<<http://www.ibracon.com.br/>> Acesso em: 07/05/2016.

IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. **NPA 14 - Laudos de Avaliação Emitidos por Auditor Independente**. Disponível em:

<<http://www.ibracon.com.br/>> Acesso em: 07/05/2016.

Instituto Ethos. **Curso Uniethos: Relatório de Sustentabilidade no modelo GRI**.

Disponível em: <<http://www3.ethos.org.br/>>. Acesso em: 16/09/15.

IUDICIBUS, Sergio de. **Teoria da contabilidade**. 9 ed. São Paulo. Atlas 2009.

KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Passivo Ambiental**. Artigo por Colunista Portal – Educação, 2008. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/>>. Acesso em: 08/05/2016.

LEITE, Mauro. Passivo Ambiental. In: **MARSH BRASIL (2011)**. Disponível em:

<<http://brasil.marsh.com/Not%C3%ADciaseInsights/Lideran%C3%A7adeldeiaS.A.rtigos/ID/12681/Passivo-Ambiental.aspx>> Acesso em: 10 de maio de 2016

Ligteringen, Ernst. **Qual é a importância dos relatórios de sustentabilidade?**

Revista Exame, 2012. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/>>. Acesso em: 10 de maio de 2016.

LINS, Luiz Santos; SILVA, Raimundo N. Sousa. **Responsabilidade Sócio-Ambiental ou Greenwich: uma avaliação com base nos relatórios de sustentabilidade ambiental**. 2007. Disponível em:

<<http://engema.up.edu.br/arquivos/engema/pdf/pap0156.pdf>>. Acesso em 20 de setembro de 2015.

LISBOA, L. P. Passivo Ambiental. XVI Congresso Brasileiro de Contabilidade. Goiania-GO. 2000. Disponível em:

<[http://www.serrano.neves.nom.br/MBA\\_GYN/apsa09.pdf](http://www.serrano.neves.nom.br/MBA_GYN/apsa09.pdf)>. Acesso em: 08/05/2016.

MELO, J.F.M.de; DINIZ, K.L.A; BATISTA, F.F. Evidenciação ambiental no setor calçadista: um estudo nas empresas cadastradas na Bovespa. **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Custos**. A Internacionalização das empresas como fator estratégico para o crescimento. 12 a 14 de novembro de 2012, Bento Gonçalves – RS.

NIYAMA, J.; SILVA, T.A.C. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 2008.

PAIVA, Paulo Roberto de. **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção**. São Paulo: Atlas, 2009.

Pavan, Neori. **Preservar o Meio Ambiente é preservar a vida**. Jornal Boa Vista, artigos, 2014. Disponível em: <<http://www.jornalboavista.com.br/>>. Acesso em: 11 de maio de 2016.

PHILIPPI, Luiz Sérgio. **A Construção do Desenvolvimento Sustentável**. In: LEITE, Ana Lúcia Tostes de Aquino; MININNI-MEDINA, Naná. Educação Ambiental (Curso básico à distância) Questões Ambientais – Conceitos, História, Problemas e Alternativa. 2. Ed, V.5. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

PIMENTA, Handson Cláudio Dias et al. **Sustentabilidade empresarial : práticas em cadeias produtivas**. Natal: IFRN Editora, 2010. 221 p. : il., color.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade teoria e prática**. 9 ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PORDEUS, A. M. DE. O; MELO, J.F. M. DE M; PEREIRA, A. W. R; REIS, C. Q. Evidenciação dos passivos ambientais preconizados no Questionário ISE: um estudo de caso da empresa do setor de Mineração Vale S.A. registrada na BM & F BOVESPA. **Anais do XV Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente (Engema)**, Ética e Sustentabilidade Socioambiental na Empresa Inovadora, realizado na Universidade de São Paulo, dias 02 e 03 de dezembro de 2013.

RAUPP, Fabiano Maury. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais, IN:

RIBEIRO, Maisa de Souza de. **Contabilidade Ambiental**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SABBAGH, Roberta Buendia. **Cadernos de Educação Ambiental – Gestão Ambiental**. Secretaria do Meio Ambiente. Gestão ambiental. São Paulo : SMA, 2011. 176p. 21 x 29,7cm (Cadernos de Educação Ambiental, 16)

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elizabeth Pereira. **Contabilidade e Gestão ambiental**. São Paulo: Atlas, 2008.

YIN R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2a ed. Porto Alegre: Bookman; 2010.

Zanluca, Júlio Cesar. **O QUE É CONTABILIDADE AMBIENTAL?**. Disponível em: <<http://www.portaldecontabilidade.com.br/>>. Acesso em: 07/05/2016.